
Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos

✉ Ana Clara Torres Ribeiro*

Este ensaio expressa a preocupação com o reconhecimento de orientações abrangentes e seguras para a atualização do tema *desenvolvimento urbano* na América Latina. Tal reconhecimento implicará, necessariamente, um extraordinário esforço coletivo, já que o assunto apresenta claros sinais de esgotamento, em decorrência da crise paradigmática contemporânea que atinge, simultaneamente, a dimensão dos projetos sociais e a ciência. Nesse sentido, atualizar o desenvolvimento urbano significa abrir, para o pensamento crítico, tendências analíticas atuais que refazem o tema sem, por enquanto, recuperar, transformando-as, questões que permitiram avanços concretos na compreensão das sociedades latino-americanas.

O desenvolvimento urbano encontra-se, sem dúvida, no cerne de uma profunda mudança reflexiva, devido à sua natureza interdisciplinar e à magnitude dos fenômenos demográficos, espaciais, econômicos, sociais e político-culturais envolvidos em seu campo problemático. De fato, o binômio urbanização e desenvolvimento, que orientou décadas de investimentos intelectuais na América Latina, perdeu o poder de conduzir a ação pública e de alimentar ideários de modernização. Observa-se o gradual afastamento entre os termos desse binômio,

* Socióloga, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pesquisadora CNPq. Presidente do Conselho Deliberativo da FASE. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do NESC / UFRJ. Coordena o grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO.

fazendo com que a urbanização deixe de ser compreendida como macroprocesso societário e em *escala aberta*. Essa perda tem significado o privilégio de orientações analíticas que reduzem a questão do desenvolvimento à escala intra-urbana, o que permite a absorção não crítica de projetos tanto para o desenvolvimento econômico e social quanto, especificamente, para a renovação da vida metropolitana (Bienenstein, 2000).

O esgotamento da temática desenvolvimento urbano, bem como sua rápida substituição por outros projetos, não acontece, evidentemente, porque problemas foram resolvidos e superados, mas, sim, porque ideários de modernidade e progresso têm sido efetivamente dissociados da experiência urbana latino-americana, dela retirando o seu caráter utópico e articulado ao comando da economia e da política nacionais. Assim, o tema em questão sofre a desconstrução decorrente, em uma de suas faces, de mudanças culturais indicativas da superação de ideologias que submeteram a compreensão da experiência urbana à economia e a modelos de desenvolvimento inspirados na história dos países centrais.

Porém, essa não é, absolutamente, a única origem dessa desconstrução. Caso fosse, assistiríamos, atualmente, a uma acirrada disputa entre novos projetos, efetivamente articuladores da experiência urbana a formas renovadas de compreensão da vida social, apreendida em sua natureza transescalar e plurinstitucional¹. Constata-se, ao contrário, que o esgotamento do tema desenvolvimento urbano tem sido acompanhado de abandono de esforços dirigidos à apreensão da urbanização em sua abrangência societária. Isso significa que o esgotamento temático, aqui refletido, expressa, mais do que quaisquer outros processos, a crise dos Estados Nacionais, a força da reestruturação produtiva na escala-mundo e, ainda, os rumos assumidos pela ação social, amplamente reorientada por novas, ou tornadas novas, pautas culturais.

O abandono relativo do tema revela, diretamente, um esgotamento maior, aquele associado à falta de enfrentamento do futuro, ou seja, à carência de projetos que substituam anteriores ideários de desenvolvimento por outros objetivos condutores da ação, de conteúdo claramente societário. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a “presentificação”, associada por Milton Santos (1994; 1996) à difusão do meio técnico-científico-informacional, traz conseqüências particularmente difíceis para as sociedades latino-americanas, vinculadas a obstáculos em sua construção identitária e ao alcance de formas de controle socialmente compartilhado de sua temporalidade e de sua espacialidade.

Com essa afirmação, não se adere, de forma saudosista ou extemporânea, a ideários desenvolvimentistas anteriores. Tal adesão significaria desconhecer a exclusão social que acompanhou a realização destes ideários e ignorar a natureza e a força dos processos novos que reconstroem, rapidamente, a ação social. Pretende-se assinalar, apenas, que não ter perspectivas coerentes para a

urbanização no presente futuro significa não ter projeto para as sociedades latino-americanas, pela extensão e centralidade da experiência urbana. E mais, significa não apreender (e projetar) transformações sociais que hoje desafiam não apenas a vida nas cidades, mas a completa estruturação das relações sociais (Santos, 2000).

Nessa direção, deve-se afirmar que a urbanização, em seus elos diretos e indiretos com alterações nas atividades econômicas, constitui uma dinâmica modernizadora que, ao mobilizar recursos materiais e imateriais, transforma a totalidade da experiência social, bem além dos marcos construídos, ou seja, da vida nas cidades (Santos, 1993). Nas palavras de Léfèbvre (1969: p.14): “Temos à nossa frente um duplo processo (...) industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social (...) Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos”.

É por isto que limitar o desafio representado pela atualização do tema em estudo à renovação do ambiente construído constitui, de certa forma, uma radical redução analítica (Bienestein, *op cit*), com grande poder de destruição do pensamento crítico e da tradição reflexiva latino-americana. Essa tradição foi capaz de reconhecer a dupla natureza da modernização – econômica e sócio-cultural -, articulando, reflexivamente, a problemática urbana à configuração societária. Posicionou-se, dessa maneira, para além do exame imediato da economia e da produção, inclusive pressionando criticamente os resultados urbanos da industrialização (Cf Singer, 1973; Kowarick, 1975). A perda dessa capacidade reflexiva – que hoje precisaria ser analiticamente atualizada – significa um retrocesso, permitindo que transformações contemporâneas na produção, em curso na escala-mundo, sejam lidas, preponderantemente, por uma ótica que subordina a compreensão do fenômeno urbano aos determinantes da industrialização pós-fordista e transnacional. É essa subordinação que pode ser reconhecida quando se observa, independentemente da história dos lugares, a recorrência do diagnóstico que enfatiza, para as cidades, um futuro orientado para o turismo ou para os serviços de ponta (Yázigi, Alessandri y Cruz, 1996).

Beneficiam-se, com essa ótica, projetos de renovação urbana que segmentam o tecido social e que mercantilizam a vida espontânea, favorecendo o embelezamento apenas da paisagem e ampliando os obstáculos à apropriação social da cidade. Essa tendência pode ser constatada pela difusão de uma arquitetura, de negócios e lazer, absolutamente recorrente e, em médio prazo, desinteressante e estéril ou, ainda, de uma arquitetura dirigida aos olhos externos, que busca ampliar a face mercantil da vida urbana através dos fluxos de consumo rápido. Ambas tendências confundem paisagem e espaço, contribuindo para atrasar o debate de

valores que podem conduzir a novas interpretações do presente futuro, como alerta Milton Santos (1996: pp. 83-84): “Apaisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (...) O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim”.

A desconstrução do pensamento crítico acontece tanto pela perda da capacidade analítica dos circuitos produtivos (e de extração de excedentes) que permitem a sobrevivência / renovação de funções da cidade e da rede urbana (Harvey, 1980) como pela perda da possibilidade de análise da urbanização como fenômeno multidimensional alterador das relações de classe. Afinal, a urbanização significa mudanças abrangentes no conteúdo de relações técnicas e sociais e, portanto, em formas de organização e reivindicação para além dos contextos urbanos. Nesse sentido, basta recordar o grau de modernidade já alcançado em processos de organização de segmentos das populações rural e indígena na América Latina. Com isso, deseja-se reconhecer que, face aos novos conteúdos da urbanização, antigas referências teórico-conceituais que pautaram o paradigma desenvolvimentista, como as reunidas na dicotomia atrasado – moderno ou rural – urbano, precisam ser urgentemente superadas (Souza, 1999). Aliás, os próprios processos de fragmentação e de exclusão sócio-territorial, observados em diferentes escalas e contextos da vida social, exigem tal superação (Scarlatto, Santos, Souza, Arroyo, 1993).

A complexidade e a incerteza delineiam os contornos de uma nova e latente vivência do urbano, a ser experimentada e refletida. Observa-se, entretanto, que, face à pequena resistência à destruição do pensamento crítico, aceitam-se, com relativa facilidade, projetos para as cidades latino-americanas que, ao aumentarem a extroversão de seus usos e atividades, desconsideram históricos vínculos com o território nacional e subcontinental ou, ainda, projetos que, ao tratarem, por exemplo, da questão do emprego e da geração de renda, desconhecem o nível de modernização já instaurado no tecido urbano, contribuindo para agravar as desigualdades sociais. Desse último ângulo, verifica-se uma espécie de elogio ao informal que reduz perspectivas de alavancagem da experiência popular em direção ao desvendamento de projetos realmente inovadores para os países periféricos, isto é, que tragam elementos não reificados da cultura e da experiência social do urbano em direção a um novo ideário para as atividades econômicas e para um (des)envolvimento autônomo, culturalmente enriquecido e múltiplo².

Esses projetos não poderão fazer táboa rasa da história latino-americana, como adverte Fernando Calderón (1995: p. 3): “Sin embargo, este anacrónico proceso de modernización posibilitó en las últimas décadas un extraordinario dinamismo de expansión multicultural, a veces democrático, otras no, centrado en la búsqueda del

reconocimiento de la diferencia. Búsqueda no tanto en términos de una nueva producción postmoderna, sino más bien en términos del reconocimiento de una condición de existencia para enfrentar los avatares de un nuevo impulso modernizador, esta vez proveniente de una complejidad social sustentada en la información, la comunicación, la gestión organizativa y la programación”.

Em verdade, a redução analítica no tratamento da urbanização também colabora para que seja limitado o diálogo entre disciplinas – principalmente da arquitetura e do urbanismo, da antropologia e da sociologia com a geografia, a economia e a política – exigido no refazer da questão urbana. Essa limitação manifesta-se justamente quando aumenta a necessidade do trabalho interdisciplinar e quando cresce a insatisfação com a denominada ciência normal (Santos, 1998). Agora, torna-se claramente indispensável aprender a articular escalas analíticas, correspondentes à aceleração da mudança em termos mundiais (Santos, 1993a), e a criar níveis paradigmáticos (Morin, 1999) que possibilitem a reunião consistente de análises e informações, hoje mais disponíveis do que ontem. Para tanto, as informações que advêm das redes e das experiências que irrigam, de forma renovada, as relações sociedade – Estado devem ser aproveitadas, seja para serem criticadas ou percebidos seus limites (Ribeiro, 1998), seja para serem compreendidos os elementos da prática social que denotam novas vivências populares da urbanização: “Uno de los fenómenos característicos de los últimos años en la región es aquel que tiene que ver con la influencia relativa que han ejercido los movimientos y las organizaciones sociales permeando en las políticas del Estado y en el accionar de los gobiernos locales. Muchas de las políticas han asimilado propuestas y formulaciones que han venido desde abajo, contra la corriente” (Carrión, 1998).

Aliás, a superação do paradigma desenvolvimentista (industrial – centralizador), que atualmente ameaça retornar sem críticas pela carência de alternativas e pelo deslocamento à periferia de comandos fordistas, pode permitir a ruptura com espelhamentos reflexivos que impediram, historicamente, a apreensão do caráter único da urbanização latino-americana. Entretanto, essa ruptura dependerá da compreensão do teor societário da urbanização e da resistência a mimetismos e espelhamentos, como aqueles estimulados pela consideração isolada do ambiente construído ou pelo tratamento, exclusivamente através do local, de temas e questões que impõem análises na escala metropolitana, e mais, de relações campo-cidade e do sistema urbano em geral.

Assim, na retomada atualizadora do tema desenvolvimento urbano, não basta apreender, criticamente, os frutos de anteriores modernizações, contribuindo para a formulação de futuros possíveis. É indispensável incluir nessa necessária atualização o exame crítico dos conteúdos, em rápida transformação, do vetor modernizador constituído pela urbanização genérica – esta incrível, e até hoje em grande parte frustrada, experiência de modernidade na América Latina (Nun,

1992; Lechner, 1990). Nesse vetor, convivem técnica e cultura, novas formas de organização social e princípios societários que, simultaneamente, radicalizam a ocidentalização da América Latina e forçam o reconhecimento de sua pluralidade cultural, lingüística e étnica. A resposta imediatamente oferecida às forças abertas pela mudança de conteúdo da modernização tem sido a aceitação, até um certo ponto passiva, da urbanização descentrada e difusa do território, baseada na privatização dos serviços coletivos, na renovação segmentar de modos de vida e na desconcentração de atividades permitidas pelas novas tecnologias (Gottdiener, 1993). Entretanto, esta é apenas uma das possibilidades abertas pela nova frente modernizadora, correlata a tendências observadas nos países centrais.

Neste momento, é extremamente necessário valorizar a face única da urbanização latino-americana. Isso não significa afirmar a existência de originalidade absoluta na totalidade dos seus elementos constitutivos materiais e culturais. Isso seria historicamente impossível, não guardando correspondência com processos e modelos que orientaram a conformação da experiência urbana. A originalidade defensável diz respeito à concreção específica de processos, configuradora de um depósito particular de ações modernizantes e resistentes à modernização que permite ao urbano latino-americano apresentar-se com uma feição específica, onde convivem mazelas extraordinárias e experiência societárias também extraordinárias que significaram o confronto com a exclusão e a sobrevivência frente a processos de urbanização de velocidade radical realizados em momentos de fechamento da vida política (Silva, 1999). Existem, portanto, atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis.

A experiência urbana emerge hoje basicamente como sinônimo de peso e mal estar, como complexo de problemas, e não como questão, como ativismo e pragmatismo e não como ação estratégica verdadeira, como negatividade e não como conquista e utopia. Tendemos, assim, a absorver, no presente amplificado da globalização, o discurso de todos os males da “incompletude” da dinâmica capitalista nos países periféricos neste século. Nesse discurso, mesclam-se críticas sérias e projetos de nova modernização mimética e, assim, de rápida imposição de modelos e práticas que impedem a verdadeira modelização de futuros possíveis. Como afirma Edgar Morin (*op cit*), precisamos de um tecido de saberes e conhecimentos que, apoiado no presente e no contexto, permita vislumbrar tendências e possibilidades. Nas palavras de Jean-Louis Le Moigne (1999: p. 50): “O artifício (ou, mais concretamente, o artefato) da complexidade permite transformar o ininteligível percebido em um potencialmente inteligível concebido. Assim, se torna tolerável a imprevisibilidade essencial com a qual o homem ativo deve concordar (...) será complexo o que certamente não é totalmente previsível e cuja ocorrência, no entanto, é inteligível e, talvez, espacialmente antecipável”.

Sem dúvida, a associação esperançosa da urbanização com o desenvolvimento se encontra superada, mas isso não implica aceitar a falência da capacidade propositiva e transformadora dos grandes números, ou seja, a impossibilidade de emergência de formas surpreendentes de convívio criativo, somente vivenciadas em contextos urbano-metropolitanos. A dialética construção – destruição (de bases culturais, de modos de vida, de comportamentos e hábitos, de formas de acesso a meios de subsistência, de recursos naturais) constitui, atualmente, um irrecusável compromisso analítico. Não se deve esperar, porém, dessa dialética, como anteriormente, sínteses perfeitas, mas, conjunções transformadoras (Le Moigne, *op cit*). Tais conjunções têm sido permitidas, podendo ser transformadas por características do novo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994).

Ao avanço técnico não correspondem automaticamente, como sabemos, ganhos em modernidade, ou seja, melhorias societárias efetivas (Lechner, *op cit*). Isso significa que o seu comando, ou a sua gestão, tem escapado, pelo menos em parte, à ação social comprometida com a condução de relações sociais contextualizadas e mais justas. Entretanto, a urbanização é, sobretudo, evento (Santos, 1996), o que confirma a existência de futuros possíveis ora em gestação. E mais, esses futuros são cada vez mais numerosos, em decorrência da densidade crescente dos fluxos informacionais, transformadores de experiências coletivas e de sentidos da ação. Assim, a urbanização se constitui tanto em um vetor modernizante como em uma condição irrecusável da experiência social.

Conforme dito antes, entretanto, a compreensão do urbano exclusivamente como elenco de problemas – cuja existência imediata seria absurdo esquecer – nega qualquer possibilidade de reconstrução analítica e política dos vínculos entre cidade e nação, entre vida urbana e formação social, entre cultura urbana e identidade política. A forma dominante de apreensão da cidade afasta das ciências sociais a tarefa de identificar elos ativos entre urbanização e estruturação das experiências de classe, entre qualidades da vida urbana e configuração de forças sociais capazes de alterar o futuro das sociedades latino-americanas. Nessa direção, poder-se-ia acrescentar que a leitura do urbano exclusivamente como elenco de problemas descola o administrativo do político, privilegiando o primeiro e despolitizando as reivindicações sociais. Nessa leitura, desaparecem os vínculos criativos e criadores entre experiência urbana e conformação da vontade coletiva, assim como os elos culturais entre urbanização genérica e vida metropolitana..

Sem recusar, o que também seria absurdo, a relevância social e analítica da escala intra-urbana – diretamente articulada com o enfrentamento de enormes necessidades coletivas – poderia ser dito que o seu isolamento sistemático do fenômeno mais amplo da urbanização aniquila a possibilidade de: (a) – articular plenamente economia e sociedade no estudo da experiência urbana na América Latina e, portanto, renovar os vínculos entre desenvolvimento, em escalas mais

abrangentes, e vida urbana; (b) – articular analiticamente política e sociedade na reflexão de futuros para a América Latina, uma vez que se exclui experiência urbana como um dos condicionantes fundamentais da estruturação das relações societárias.

Dessa maneira, o pensamento crítico tende a se esgotar na denúncia dos engodos do moderno, o que, apesar de relevante, restringe, e até mesmo impede, a inclusão da dimensão urbana na análise crítica dos novos projetos de modernização que hoje se afirmam no contexto da América Latina. Seria um exemplo desses projetos a existência de formas de regionalização privada do território brasileiro – voltadas para a exportação e para o mercado mundial (Silva Neto, 1999) – sem compromisso com a manutenção financeira dos espaços metropolitanos, colaborando para tornar ainda mais dramáticas as condições de vida dos setores populares. Acontecem hoje, concretamente, processos de involução metropolitana (Santos, 1990) e intrametropolitana (Ribeiro *et al*, 1997) que, analisados em sua real complexidade, impõem o desvendamento de futuros possíveis.

Recusar a dimensão urbana das relações sociais significa concordar com diagnósticos padronizados da questão social em uma conjuntura marcada pelo império da informação e pelo predomínio da manipulação dos recursos (Santos, 2000; Morin, 1996), aceitando permanecer em uma posição mais precária ainda do que aquela ocupada pelos formuladores e defensores dos projetos anteriores de modernização na América Latina. Existem agora, portanto, riscos de retrocesso, cujas conseqüências negativas serão sentidas, sobretudo, pelas vítimas das modernizações anteriores, como já demonstram a crise do trabalho e o nível de exclusão dela decorrente.

O reposicionamento da reflexão sobre o desenvolvimento urbano exige, efetivamente, um duplo movimento de atualização: o primeiro dirigido à compreensão da acomodação sistêmica dos espaços urbano-metropolitanos aos conteúdos do novo vetor modernizador. Trata-se, aqui, da pesquisa, segundo a orientação de Edgar Morin (1999: p. 28), do feedback negativo, da acomodação dos lugares às forças de comando das atividades econômicas de novo tipo. Estaria incluído ainda nesse movimento o *feedback* positivo, também indicado por Edgar Morin (*op cit*), diretamente associável à crise urbano-metropolitana contemporânea, ou seja, à ação destrutiva que se manifesta através da fragmentação sócio-territorial e de involução metropolitana e intrametropolitana. Ambos fenômenos, *feedbacks* negativo e positivo, articulam a análise sistêmica com a compreensão de tendências e limites da ação social.

O segundo movimento analítico corresponde aos determinantes culturais e políticos da ação social, isto é, ao entendimento de que a natureza dos sistemas urbanos é constituída por ações subordinadas a rotina e controle e, também, por ações efetivamente de ruptura e novas, expressivas da própria aceleração sistêmica e de processos excludentes e parciais dela decorrentes. Essas ações, que correspondem à eversão dos ambientes urbanos, *não se* encontram sempre

orientadas por projetos estabilizados, mas por intenções muitas vezes difusas e não plenamente constituídas. Tais intenções guardam as potencialidades da modelização inovadora e não sistêmica, correspondendo à possível emergência de projetos de modernidade efetivamente múltiplos e democráticos, transculturais e identitariamente compromissados (Carrano, 1999). Essa é uma possibilidade do presente, articulada ao aumento da reflexividade no tecido social, associado aos conteúdos informacionais e instrumentais do novo vetor modernizador.

Nas palavras de Cornelius Castoriadis (1999: p.45): “A reflexividade é o saber que sabemos, e interrogar-se sobre tal saber é transformar uma atividade em objeto e explicar o si sob a forma estranha de um objeto não-objetivo, ou de um pseudo-objeto, do qual sabemos que ele é objeto por posição, e não por natureza. E na medida em que se é capaz de colocar o si como objeto por posição e não por natureza é que o outro se torna possível como outro verdadeiro. É evidente que nessa reflexividade a imaginação radical assume um papel inteiramente decisivo: também aqui é preciso ser capaz de fazer o que só a imaginação radical pode fazer, postular a existência do que não é, fazer do simples processo do pensamento uma entidade, ver Y em X, e, em particular, ver-se duplo: eu me represento como entidade representativa (e não como bípede falante, não como ‘espelho’), me represento para além da simples auto-referência”.

Os futuros possíveis, encontráveis pela modelização e não pela absorção não crítica de modelos, apóiam-se na compreensão da experiência urbana como concreção de anseios, sonhos, devaneios, acasos, investimentos e trabalho. Nas tarefas de modelização, inscritas em relações dialógicas, o pesquisador sabe-se capaz de reduzir e espelhar outras intencionalidades, produzindo cortes estratégicos na complexidade, ao mesmo tempo em que vê o outro como pleno e propositivo, isto é, colocado como objeto apenas por sua posição circunstancial no processo analítico, como diz Castoriadis, e não por sua natureza.

A crise do desenvolvimento em sua dimensão urbana abre efetivamente a possibilidade de que sejam superados sonhos miméticos do passado, isto é, a verdadeira *casa dos espelhos* em que foram concebidos e retidos tantos projetos de modernização. Ao mesmo tempo, quiçá essa superação possa vir a ser realizada sem o acompanhamento da atitude perversa de negação o passado (de tantos sonhos e lutas) em nome de um futuro socialmente obscuro. Constata-se por vezes, nessa atitude, uma recusa do analista atual em se reconhecer herdeiro de perigosas características do tecido social que o conformou e que é por ele, também, em grande parte diariamente reproduzido através de vínculos institucionais e comportamentos. Ou seja, talvez a retomada atualizada do tema desenvolvimento urbano ajude na superação de erros do passado, o que só será possível se a história não for ocultada e surgirem formas de narrar a experiência social em que os riscos da reificação e da objetivação do *outro* (vivos e mortos) sejam reconhecidos (e refletidos verdadeiramente) desde o início.

Nessa atualização problemática, precisaria ser evitada, sobretudo, a crítica pomposa do passado moderno e modernista, realizada em nome de novas esfinges que rapidamente nos jogam nos braços do medo – marca efetivamente predominante do presente. Os riscos existem e constituem uma experiência da modernidade radicalizada e “presentificada”; decorrem, também, de formas de interpretação do presente redutoras da complexidade. Seria um exemplo de objetivação analítica e, logo, de exclusão da pluralidade de vozes propositoras dos futuros possíveis, o privilégio exclusivo do eixo relacional global-local (Lima Júnior, 1999) no tratamento do tema desenvolvimento urbano. Esses riscos manifestam-se na constatação de que: (1) – o global é, sobretudo, investimento corporativo (e não universalismo) (Santos, 2000); (2) – o local é, sobretudo, a menor unidade político-administrativa ou uma fração desta, tendendo à desconstrução de vivências políticas amplas e dos sujeitos formados nessas vivências. Isso significa que a verdadeira dimensão da experiência urbana, inclusive da vida em contextos metropolitanos, tem tendido a ser analiticamente anulada.

Evidentemente, nas condições contemporâneas, não existem apenas perdas, dificuldades, obstáculos à reflexão atualizada da urbanização. Existem também virtuosidades, o positivo antes inexistente. No passado, a reflexão da questão urbana esteve basicamente condicionada pelo industrial, pelo produtivo e pelo Estado. A crise dessas condições abre hoje a possibilidade de que o enfrentamento da questão urbana – ou melhor, de múltiplas problemáticas e formas de questionamento da experiência urbana – seja efetivamente democratizado; permitindo a eclosão de projetos que *expressem* a ação social libertadora e não, como é usual, a valorização praticamente exclusiva de práticas focalizadas de curtíssimo prazo³. Isso significa dizer que é extremamente difícil, ou até mesmo impossível, enfrentar a questão do desenvolvimento urbano (ou, se quisermos, a formulação de projetos para uma sociedade justa e efetivamente integradora) sem o retorno à reflexão de elos técnicos, sócio-culturais e históricos entre território, economia e política.

Nesse sentido, valorizar o tema em estudo significa abrir a reflexão do presente para a apropriação social das condições herdadas (Santos, 1996). Se em tais condições existem obstáculos à ação social transformadora, também existem depósitos de condições culturais, institucionais e materiais que podem permitir o alcance de uma sociedade mais justa e solidária, desde que essas condições sejam efetivamente apropriadas. Afinal, somos urbanos, e esta condição transformou e continuará transformando as relações sociais e societárias; estamos concretamente agregados e ligados, além de crescentemente articulados por redes de informação. Apresentamos algumas das maiores plataformas urbanas do mundo, e gigantescos investimentos foram feitos na preservação, ainda que precária, de contextos urbano-metropolitanos; intensas redes interurbanas foram estabelecidas e também se encontram em transformação as relações campo-cidade.

Há que se atualizar, portanto, a tradição dos estudos latino-americanos referentes à urbanização e, simultaneamente, romper com o que tiver que ser rompido, por ser originariamente equivocado ou efetivamente superado. Existe, hoje, um estranho paradoxo das ciências sociais, conformado pelo recuo face à complexidade da problemática urbana e pelo avanço nos campos abertos à ação social imediata, predominantemente realizada no urbano ou em articulação com a violenta urbanização do campo (Santos, 1993). Tal paradoxo reflete o descolamento analítico entre a ação social e relevantes condições explicativas do seu acontecimento, associadas a mudanças na acumulação capitalista e em sentidos da ação, provocadas pelo novo vetor modernizador e, desta maneira, por profundas alterações no conteúdo técnico-cultural da urbanização. De fato, o exame do descolamento entre o homem e as suas circunstâncias frente à nova modernização constitui um desafio central da atualização da questão urbana pelo pensamento crítico.

Reduções analíticas, e em narrativas da experiência urbana na América Latina, têm sido sistematicamente estimuladas por financiadores da pesquisa e de intervenções urbanas, coladas a experiências históricas e políticas de outras sociedades e culturas. Esta colagem, que por vezes pode também significar real aprendizado, não acontece sem conseqüências, uma vez que orienta a ação dos governos, de agentes econômicos e atores sociais e políticos. A busca de soluções rápidas para a questão urbana pode, infelizmente, justificar ações que não correspondem, ou que correspondem pouco, à historicidade da experiência urbana latino-americana, retendo o imaginário social e político e fragilizando lideranças populares (Ribeiro, 2000). Concretamente, a atualização da questão urbana impõe o reconhecimento transformador dos vínculos passado – presente – futuro, atualmente tão obscurecidos. Tal reconhecimento exigirá a substituição do próprio termo desenvolvimento urbano por outras nomeações mais expressivas da complexidade e da pluralidade, culturalmente enriquecedora, dos futuros possíveis: a reforma urbana é uma dessas possíveis nomeações. Observando o cenário atual, algumas perguntas poderiam conduzir a essa substituição: como (re)construir a institucionalidade democrática? Como superar a “presentificação”, forçada pela globalização e pela técnica? Como superar o passado sem ocultá-lo? E, ainda, como transformar o ativismo em ação social plena?

Como estimula a refletir Carlos Fuentes, além de território (disponível para projetos modernizadores e modernizantes), temos hoje tempo acumulado, história. Nesse sentido, precisamos opor resistência à ruptura tempo – espaço na análise da experiência urbana, resultado transversal, e cruelmente travesso, tanto da “presentificação” do mundo, antes referida, quanto da maior parte da crítica pós-moderna à modernidade, quando realizada para contextos capitalistas periféricos: “Por el momento, sumergidos en el desastre económico y la fragilidad política, sometidos a las erosiones tanto físicas como psíquicas, nos sentimos inermes ante los nuevos desafíos de la nueva modernidad, a que se

manifesta ya como interdependencia económica, comunicaciones instantáneas, avances tecnológicos. Esta modernidad, como todas las anteriores, también nos rebasará? Estaremos condenados para siempre, como lo lamentó Alberto Reyes, a comer las migajas del banquete de la civilización? Esta pregunta debería, sin embargo, generar otra: tenemos nuestro propio banquete, podemos comer, por lo pronto, en nuestra propia mesa? (Fuentes, 1994: p.12).

Afinal, possuímos identidades profundas que resultam de reais mesclas de tradições culturais diversas e de experiências com origem nos múltiplos modernos oferecidos / impostos pelo Ocidente. Trata-se da existência de imbricações que efetivamente resistem à simplificação pragmática que hoje *caracteriza* a ação hegemônica, de costas para a história e para a sociedade. Uma história que não pode ser anulada pela redução do tempo, que é a condição das narrativas (Fuentes, *op cit*), a território, apreendido, apenas, como um chão de investimentos, como um fator exclusivamente de produção ou como ambiente, mais ou menos adequado a usos mercantis (Santos, 1996). Essa redução dos sentidos da vida urbana e da urbanização genérica expressa a superficialidade e a agilidade desejadas pelo discurso operacional, empreendedor e administrativo. Poder-se-ia dizer, nessa direção, que hoje existe excesso de ação superficial, de capacidade propositiva padronizada e formatada, de discurso feito que se apresenta como estratégico e que, muitas vezes, nem alcança o nível tático mínimo.

Precisamos assim, como também diz Carlos Fuentes, de formas articuladas e efetivamente criadoras de nomeação da vida, que nos permitam refletir o que fomos e somos. Não fomos e não somos a expressão pura do moderno (independentemente de como o moderno é reconhecido), e mais, não somos e não seremos a expressão *plugada* do tempo do mundo, sem territorialidade resistente e sem temporalidade transformadora. Existe potência social e cultural retida nas desigualdades sócio-espaciais que marcam a configuração urbana da América Latina. Essa potência não se reduz à virtualidade dos negócios nem ao ativismo, desacompanhado de projetos societários.

Difícilmente poderemos articular, de forma consistente e compartilhada, a multiplicidade temática da área dos estudos urbanos na ausência da reflexão crítica dos projetos que construíram a urbanização latino-americana e, portanto, de ideários que orientaram o agir social e político e que permanecem no tecido urbano com novas fisionomias. Da mesma forma, é impossível realizar essa articulação temática atualizadora sem o desvendamento de projetos passíveis de modelação criativa e criadora. A centralidade contemporânea da ação, envolvida em numerosos discursos referidos à estratégia, exige, atualmente, a retomada da questão do desenvolvimento.

A possibilidade de afirmação de uma nova leitura da questão urbana surge, embrionariamente, em metas diferenciadas que orientam o agir social contra-hegemônico: democracia, cidadania, justiça social, igualdade, respeito à

diferença, direito à memória e à identidade. Estes são valores e anseios que têm sido banalizados e pré-codificados pela ação administrativa (e administradora), sendo assim controlado o seu poder de desvendar futuros possíveis. Para tratar, conjunta e concretamente, do tema desenvolvimento (talvez o renomeando apenas como *envolvimento*), torna-se indispensável, além de reconhecer o passado, apreender sentidos da ação contemporânea e avanços, já alcançados, pelos movimentos sociais e em segmentos especializados dos estudos urbanos.

Trata-se de apreender, nos conteúdos da urbanização, os futuros, como diz Henri Léfèbvre (1969a), que estão sendo construídos e disputados hoje. Vivenciar a “presentificação” forçada pela globalização é, portanto, diferente de se deixar seduzir pelo presente amplificado, pelo cotidiano alienado e alienante, enfraquecendo ambições analíticas e permitindo a difusão de discursos que transformam, mais uma vez, a América Latina em puro recurso para a acumulação, em território sem sujeitos coletivos. O trabalho transformador com o tema desenvolvimento urbano, ao implicar o reconhecimento da verdadeira escala e dramaticidade da urbanização latino-americana, estimula a reflexão da totalidade socialmente significativa, reunindo materialidade e valores.

Ainda existem outros desafios que a atualização da questão urbana enfrenta: (1) – dissolução de referências institucionais amplas; (2) – tendência ao imediatismo e à redução do sentido de público, de coisa pública; (3) – sobreposição de processos de fragmentação e exclusão à marginalidade social e à segregação espacial, já reconhecidas e denunciadas nos anos 60. Nesse sentido, a escolha do termo *mutação* para o título deste ensaio, em vez de transformação, é efetivamente proposital. O futuro distante, que caracterizou o debate do desenvolvimento urbano em décadas anteriores, não mais se sustenta. Trata-se, agora, de refazer a questão urbana, articulando-a com o presente e com os futuros imediatos, respeitando o aqui e agora e as vozes propositivas. As ilusões do amanhã e a promessa de anteriores modernos e de anteriores modernistas impõem a sua superação pelo envolvimento de *quem está aí* nos contextos da urbanização periférica. Isso significa reconhecer potencialidade de sujeitos em atores sociais.

Tal reconhecimento tem sido negado pela ênfase excessiva no protagonismo, que se coaduna com a compreensão da cidade apenas como cenário ou como ambiente construído, conforme analisado por Glauco Bienenstein (*op cit*). Ao enfatizar a ação social, esse discurso contemporâneo deixa de considerar a potência dos seres sociais, reduzindo-os à dimensão do cotidiano, e deixa de considerar, ainda, o urbano como latência, ou seja, como concreção histórica articuladora de passado-presente-futuro(s). Se a temporalidade do cotidiano não pode ser negada e se o território, como dimensão do concreto, não pode ser secundarizado, tampouco devem ser reificadas e isoladas no estudo da urbanização latino-americana essas dimensões espaço-temporais da ação social.

Bibliografia

- Bienenstein, Glauco 2000 *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ.
- Calderón, Fernando 1995 “Modernización y ética de la otredad: comportamientos colectivos y modernización en América Latina”, en *Revista Mexicana de Sociología*, (México), Año LVII, N° 3.
- Carrano, Paulo César Rodrigues 1999 *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação / UFF.
- Carrión, Diego 1998 “Resistiendo en las ciudades de América Latina: los sectores populares, sus redes y sus organizaciones”. Documento preparado para a Oficina sobre Pobreza Urbana, organizada por Banco Mundial e ALOP, Rio de Janeiro.
- Castoriadis, Cornelius 1999 “Para si e subjetividade”, in Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro do Nascimento (org.) *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (Rio de Janeiro: Garamond).
- Coutinho, Carlos Nelson 1991 “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, in *Cadernos ABESS*, N° 4.
- Eagleton, Terry 1998 *As ilusões do pós-modernismo* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Fuentes, Carlos 1994 *Valiente mundo nuevo: épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Gottdiener, Mark 1993 *A produção social do espaço urbano* (São Paulo: Edusp).
- Harvey, David 1980 *A justiça social e a cidade* (São Paulo: Hucitec).
- Kowarick, Lúcio 1975 *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Lechner, Noerbert 1990 “Amodernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana”, in *Lua Nova*, N° 21.
- Léfèbvre, Henri 1969 *O direito à cidade* (São Paulo), Documentos.
- Léfèbvre, Henri (1969 a) *Introdução à modernidade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Le Moigne, Jean-Louis 1999 “A inteligência da complexidade”, in Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro do Nascimento (org.) *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (Rio de Janeiro: Garamond).
- Lima Júnior, Pedro de Novais 1999 “Uma crítica ao conceito de espaço no planejamento estratégico”. VIII Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, Escola de Administração / UFBA.

- Morin, Edgar 1996 *Ciência com consciência* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Morin, Edgar 1999 “Por uma reforma do pensamento” in Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro do Nascimento (org.) *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (Rio de Janeiro: Garamond).
- Nun, José 1992 “A democracia e a modernização trinta anos depois”, in *Lua Nova*, Nº 27.
- Ribeiro, Ana Clara Torres; Silva, Cátia Antonia e Vieira, Hermani de Moraes 1997 “Reproducción social e involución intra-metropolitana en el Brasil”, in Mutsuo Yamada (org.) *Ciudad y campo en América Latina* (Osaka: Museo Nacional de Etnología, JCAS Symposium) Série 2.
- Ribeiro, Ana Clara Torres 1998 “Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”, in *Cadernos IPPUR* (Rio de Janeiro), Ano XII, Nº 2.
- Ribeiro, Ana Clara Torres 2000 *Intervenções urbanas, democracia e oportunidade: dois estudos de caso* (Rio de Janeiro: FASE).
- Santos, Boaventura 1998 *Um discurso sobre as ciências* (Porto: Afrontamento).
- Santos, Milton 1990 “Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo”, in Ana Clara Torres Ribeiro e Denise B. Pinheiro Machado (org.) *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90* (Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ).
- Santos, Milton 1993 *A urbanização brasileira* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1993^a “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo” in Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Francisco Capuano Scarlato, Monica Arroyo (org.) *Fim de século e globalização*, São Paulo, HUCITEC-ANPUR.
- Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo, Hucitec).
- Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Scarlato, Francisco Capuano; Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. De; Arroyo, Monica (org.) 1993 *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano* (São Paulo: Hucitec / ANPUR).
- Silva, Célia Regina Neves da 1999 “Contexto, lugar e memória: representações de cidade no imaginário popular”. Tese de Mestrado, IPPUR/UFRJ.

Silva Neto, Manoel Lemes 1999 *Implicações da aceleração contemporânea na escala local – o caso do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado FAU/USP.

Singer, Paul 1973 *Economia política da urbanização* (São Paulo: Brasiliense/CEBRAP).

Souza, Jessé de 1999 “A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro”, in Jessé de Souza (org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* (Brasília: Editora UnB).

Yázigi, Eduardo Carlos; Alessandri, Ana Fani, Cruz, Rita de Cássia Ariza da (org.) 1996 *Turismo: espaço, paisagem e cultura* (São Paulo: Hicutec).

Notas

1 “A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da ‘origem’ das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não-isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos (...) O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum” (Santos, 1996: p. 121).

2 Terry Eagleton (1998: p. 32), ao criticar o pós-modernismo, constitui-se, também, em um duro crítico dos ideários de modernização, inclusive daqueles defendidos pela esquerda, questionados pela sensibilidade pós-moderna: “A mudança paradigmática que ocorreu então – uma verdadeira revolução na nossa concepção das relações entre poder, desejo, identidade, prática política – constitui um aprofundamento incomensurável da política descarnada, anêmica e taciturna de uma época anterior. Qualquer socialismo que não se transformar à luz dessa cultura fecunda e bem articulada com certeza vai à falência logo de saída”.

3 “Se negar o pluralismo leva ao despotismo (...), a mera expansão do pluralismo, sem (a) presença de uma vontade coletiva, ao multiplicar interesses privados, pode levar (...) ao corporativismo. E, diga-se de passagem, é esse o ideal do pensamento neoliberal contemporâneo (...). O corporativismo afirma a idéia de que cada um deve lutar por seus interesses e que os resultados decorrerão da capacidade de organização de cada particular. Nessa proposta, falta um projeto coletivo de sociedade, que subordine os muitos interesses privados a um interesse público maior” (Coutinho, 1991: p. 10).